



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1734/03	DATA: 21/10/03
INÍCIO: 15h50min	TÉRMINO: 17h02min	DURAÇÃO: 01h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h12min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há exibição de imagens.
Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Há expressão ininteligível.
Grafia não confirmada: Freliche.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Declaro abertos os trabalhos da reunião da CPI da Pirataria.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Vamos abrir a reunião. Esta aqui é uma reunião puramente formal, então, pode baixar o som, fazendo o favor. Nós vamos convocar uma reunião informalmente, amanhã, às 11h. Tudo bem? Essa reunião pode ser lá na CPI, para a gente dar alguns informes internos, alguns relatórios internos e para nós também traçarmos a nossa estratégia, o que vamos fazer pela frente. Hoje é um negócio puramente informal, algumas coisas que a gente deve fazer. Mas eu tive conversa com o João Paulo, que eu não queria relatar aqui de público, conversa muito boa. E eu precisava relatar essa conversa, mas numa reunião informal, para a gente discutir alguma coisa que está acontecendo por aí. Está certo? Como é que está no Rio de Janeiro, como é que está em São Paulo, em outros Estados, mas evidentemente que teria que ser uma conversa mais fechada. Se o Relator concorda com esse encaminhamento, a gente marca para amanhã.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Onze horas. Tudo bem? Cadê a abertura? Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Tendo sido distribuída cópia da ata da 27ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago sobre a necessidade de leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Relator pede a dispensa. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação a aprovação da ata. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Recebemos a seguinte correspondência do Banco Central do Brasil: ofício da VIVO, das Telecomunicações S.A., da TELE NORTE, da TELEMIG, e vários ofícios que estão aqui. E, aprovando, vamos botar em votação alguns requerimentos aqui. Do Deputado Júlio Lopes: requer a legalização de algumas diligências. Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Uma consulta, Presidente. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O Deputado Júlio Lopes também requer diligências.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Só para saber as datas das diligências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Diligências já realizadas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Então, Sr. Presidente, eu peço um minuto para indagar ao requerente se já há disponibilidade para os Deputados, na Secretaria da CPI, do material arrecadado nessas diligências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tudo bem. Estão à disposição dos Deputados os materiais todos arrecadados nessa diligência. Na Secretaria da CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Do Deputado Júlio Lopes também. Da Deputada Vanessa Grazziotin: requer nos termos regimentais a suspensão dos efeitos da proteção legal dos sigilos telefônicos, fiscal e bancário. Nós não vamos especificar de quem nós estamos quebrando aqui o sigilo bancário e fiscal, certo? Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)* APROVADOS por unanimidade. Também da Deputada Vanessa Grazziotin, requerendo, nos termos regimentais, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas aqui mencionadas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* APROVADO por unanimidade. Mais alguma coisa, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, eu peço ao senhor que determine à Secretaria da CPI que dê acesso aos documentos ainda hoje aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - De acordo. Mais alguma coisa? Reitero a nossa reunião amanhã, às 11h.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Eu teria um requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Eu queria propor a esta Presidência e aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que nós todos nos engajássemos numa campanha em prol de um Natal sem pirataria. Acho que, por oportunidade do Natal, essa campanha, com a mobilização da Câmara Federal, do Ministério da Justiça, enfim, de todos os órgãos que compõem o Governo Federal, motivada pela CPI da Pirataria junto à Presidência desta Câmara, ganhará enorme repercussão pública. Eu não tenho nenhuma dúvida, Presidente, de que nós, agindo no sentido de propor que se faça no Brasil o primeiro Natal sem pirataria, conseguiremos mobilizar parte



da sociedade para um Natal sem a prática desse crime e também ganharemos parceria das entidades públicas, das associações comerciais e das associações industriais. Eu proponho que cada Deputado no âmbito do seu Estado, ou cada conjunto de Deputado no âmbito de seus Estados, faça uma gestão no sentido de conseguir que essas entidades se mobilizem para que nós tenhamos o primeiro Natal sem pirataria, fazendo, a partir da CPI, requerimento para que todas as instituições públicas e de representação de classe do País tomem cuidado com o crime de pirataria e recomendem que se faça um Natal sem a prática desse crime. Acredito, Sr. Presidente, que assim estaremos trabalhando no sentido de mais e melhor fazer a sociedade brasileira entender que a prática desse crime é oriunda do crime organizado e que somente um esforço coletivo de toda a sociedade brasileira poderá realmente contribuir no sentido de abrandá-lo ou diminuí-lo. Era esse o meu requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Isso é um requerimento? Eu acho que, se você está propondo uma campanha, uma campanha chamada Natal sem Pirataria, não se quer ouvir a opinião do Relator. Acho que nós deveríamos discutir melhor para depois não sermos surpreendidos com campanhas que não conhecemos, que podem aparecer em televisão, podem ter patrocinadores. Então, eu gostaria de chamar a atenção da Deputada Vanessa Grazziotin. Por favor. Acho que aqui tem uma coisa que requer discussão mais profunda. O Deputado Júlio Lopes está propondo que seja criada uma campanha: Natal Sem Pirataria. Eu, se fosse apenas uma recomendação, eu, de minha parte, não teria nada... mas se for uma campanha, acho que a gente tem que discutir melhor.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Permite-me uma sugestão, Presidente?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Só para um esclarecimento. O esclarecimento é no sentido de que esta Comissão delibere no sentido de conseguir que a Presidência desta Casa, junto à Comissão, estabeleça uma proposta para que se faça uma campanha. Evidentemente, eu não estou propondo que nós façamos a campanha. Eu estou sugerindo que nós façamos a mobilização; compete-nos mobilizar, compete-nos fazer a sociedade entender o tamanho desse crime. E acho, Presidente, que será extremamente oportuno e que ganharemos com isso enorme



espaço na imprensa, porque é dever da CPI mobilizar a sociedade para o combate do crime, e nada mais oportuno do que o Natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sr. Relator, Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Presidente, eu quero compartilhar da sua observação, mas eu teria uma sugestão a fazer. Eu acho que é evidente que uma campanha que levará às ruas uma proposta de enfrentamento da pirataria com a chancela da CPI da Pirataria requer, certamente, uma discussão mais aprofundada, mais detalhada, até para que a gente possa, de comum acordo entre todos os membros, acertar o passo. Mas acho que a tese é boa, acho que a tese de se propor uma campanha no Natal, em parceria com a iniciativa privada, envolvendo os Poderes constituídos, ela é boa. Então, a proposta que eu faria, a sugestão, havendo a concordância do requerente, do Deputado solicitante, dos demais companheiros, é a de que nós aprovássemos a tese de que a CPI buscará fazer uma campanha. Como ela se dará, nós faremos uma discussão, posteriormente, mais aprofundada. Seria essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está aberta a discussão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Para esclarecimento, apenas quero corroborar que a minha proposta, Sr. Relator, é exatamente no sentido da apreciação de V.Exa. Em momento algum eu pensei em fazer uma definição da campanha, mas apenas de que se aprovasse a tese, porque acredito que nós vamos ter um espaço público muito grande nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Júlio Lopes, que propõe aí que a gente realize uma campanha... Sr. Presidente, eu acho que a idéia, ela é fenomenal, e a nossa iniciativa...

(Não identificado.) - Espere aí. Como é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu acho que a idéia, ela é fenomenal. Acho essa uma excelente idéia. Entretanto, eu questiono qual a possibilidade de uma CPI desenvolver uma campanha nesse molde. Pelo que eu tenho conhecimento do Regimento, Deputado Júlio, das atribuições de uma CPI, eu acho que isso vai além das nossas funções, das nossas atribuições. Entretanto, Deputado Júlio, nós temos aqui recém-instalada — entretanto, ainda não organizamos a sua efetivação —, da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria.



Acho que nós poderemos fazer dessa uma propositura da Frente. Podemos, inclusive, aqui e desde já, marcar para a semana que vem uma reunião de organização da Frente, para discutirmos a coordenação dessa Frente Parlamentar. Acho que nós temos que ter uma coordenação, dividir a responsabilidade, porque todos nós fizemos o lançamento da Frente. E, a partir daí, poderíamos propor às Comissões Permanentes, não é? Acho que faríamos uma reunião, se não for possível amanhã — o ideal seria amanhã —, para que a gente possa convocar mais amplamente todos os Parlamentares que assinaram a Frente; e aí tem quase 200 Parlamentares. Poderíamos marcar uma reunião da Frente para a semana que vem, e lá discutirmos quais as Comissões Permanentes da Câmara que têm um envolvimento direto com a pirataria. Eu citaria aí a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Indústria e Comércio, a Comissão de Trabalho, presidida pelo Deputado Medeiros, que está apenas licenciado, ou seja... e nessas Comissões nós apresentaríamos requerimentos e, em seguida, iríamos ao Presidente da Câmara. Então, essa é a sugestão que eu faço. Acho que aprovaríamos essa idéia aqui; concordo com Picciani como idéia. Agora, não vejo a possibilidade de a CPI... Acho que nós temos Comissões Permanentes que vão abraçar, sem dúvida nenhuma, essa propositura. E aí, na reunião da semana que vem, V.Exa. já poderia preparar... pode discutir aqui ou terça-feira à tarde. Acho que terça-feira à tarde seria um bom dia. E V.Exa. traria à reunião já o esboço de como essa campanha deveria ser desenvolvida, e a base de um requerimento, para que os Deputados que compõem essas diferentes Comissões apresentem, e a gente faça aprovar nas mais diferentes Comissões esse requerimento.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Um aparte, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu já concluí. Pois não.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Primeiro, só para dizer a V.Exa. que sua proposta, ela aprimora, ela melhora a proposta que eu havia feito anteriormente. Até porque eu entendo que, mais do que a CPI, mais do que as Comissões Permanentes, a Frente tem uma abrangência muito maior, ela tem mais de 150 Deputados, de diversos segmentos, membros de diversas Comissões, e ela durará enquanto durar o combate à pirataria por parte da Câmara dos Deputados. A CPI tem prazo determinado; as Comissões Permanentes, além dessa atribuição, têm outras atribuições, mas a Frente, especificamente, perdurará ano após ano,



Legislatura após Legislatura, nesse combate. Então, acho que a sua proposta é boa. Acho que V.Exa., como primeira signatária da criação da Frente, deveria convocar para a próxima semana reunião da Frente. E concordo com V.Exa. que o requerimento do Deputado Júlio é uma idéia fenomenal, uma idéia muito boa, ela se aplicaria de forma muito mais ampla na Frente Parlamentar de Combate à Pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Deputado Júlio Lopes pela visão que ele tem, uma visão mais ampla do que só fazer o trabalho que nós estamos fazendo em relação a esta CPI. E ele entende, ele vê claramente uma oportunidade de a gente fazer um dos papéis que nós temos de fazer realmente, que é de divulgar. Sabemos que o maior problema da CPI é o combate ao crime, são leis, mas acima de tudo é a conscientização do povo brasileiro. Então, em relação a isso, eu quero parabenizá-lo, Júlio, mais uma vez por essa idéia. Eu acho que, realmente, tanto aqui quanto lá, o que é importante... a gente poderia... Na Frente, eu acho que pode realmente ser mais amplo, eu concordo com o pessoal: nós poderíamos, na verdade, pedir para transferir, então, para a Frente. O Júlio apresentaria lá, pessoalmente, nós todos vamos apoiar, e a gente faria.... E a CPI apóia, enquanto ela estiver vivendo, esse trabalho na Frente Parlamentar. Eu acho que a CPI, na verdade, seria uma das que apoiariam, então, o trabalho lá. E você, Deputado, já sugiro, deveria conduzir a relação da CPI com a Frente Parlamentar, para poder conduzir essa campanha, que eu acho que é muito importante, realmente, para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, caros colegas, quero primeiro cumprimentar o trabalho, porque embora numa ausência temporária em virtude de compromissos políticos no Estado, eu tenho acompanhado o sucesso e a expectativa gerada nas pessoas em relação ao trabalho da CPI da Pirataria. Eu andei visitando algumas empresas, e empresas que fazem produtos específicos, como para skate, que tem um segmento muito amplo, pessoal que milita nesse mundo e que tem hoje um público muito grande. Eu até desconhecia esse público. O proprietário da empresa (*ininteligível*) — é uma marca nacional —, ele me mostrava a falsificação da qual é vítima hoje a sua estrutura empresarial, em relação a esses calçados, como milhares de outros empresários sofrem em diferentes ramos. Ele



dizia que a CPI da Pirataria seria uma luz, se ela conseguisse unicamente uma coisa: não fazer boas leis, porque boas leis já existem, mas que fizesse com que as leis fossem cumpridas. Há hoje no Brasil endereço certo para a produção dos produtos piratas. É de conhecimento dos próprios empresários, é de conhecimento da própria estrutura pública, que deve prever, para que esse fatos não aconteçam. E, na realidade, isso só acontece quanto há uma intervenção do próprio Poder Legislativo, investido em uma CPI, para tentar mobilizar e acabar com a pirataria, o que acha muito difícil pela vias normais e pelos fatos conhecidos. Mas há uma esperança, e essa esperança acho que está depositada aqui na CPI da Pirataria. Vejo que as pessoas querem produzir legalmente, as pessoas querem ter reconhecido o seu trabalho, as pessoas querem pagar tributos, que são utilizados na educação, na saúde, na infra-estrutura, e isso acaba fugindo da arrecadação, dos cofres do Estado, porque, na realidade, hoje a pirataria já tem somas astronômicas irrigando, é verdade, a economia, mas de outra forma prejudicando tremendamente o próprio Estado, que não arrecada, e onde há uma concorrência desleal. Eu vejo, Sr. Presidente, meus caros colegas e Deputados, que se a CPI conseguisse acabar com a pirataria em alguns segmentos, dando demonstração clara para o Estado de eficácia, ela poderia fazer com que fosse aberta uma porta para erradicar de vez a pirataria no País, não totalmente, mas pelo menos nos graus em que ela é praticada hoje. E é isso que esse empresário me dizia junto com a direção da sua empresa. Então, há uma confiança muito grande de que a CPI possa ser efetiva, possa resolver esses problemas. E ele inclusive solicitou que eu fizesse um convite à CPI para se deslocar à cidade de Novo Hamburgo, junto com as entidades de classe, com as empresas, para ter, no Rio Grande do Sul, para ter uma grande audiência, onde iríamos ver *in loco* a fábrica. Ele tem documentos comprovando a pirataria. E que nós pudéssemos lá, com outras empresas e outros empresários que estão sendo lesados, discutir isso. Então, Sr. Presidente, eu faço aqui de público um requerimento no sentido de que V.Exa. possa considerar oralmente a possibilidade de nós estabelecermos, durante um dia, na cidade de Novo Hamburgo, o grande pólo coureiro calçadista do Brasil, para discutirmos claramente a falsificação, não de marcas internacionais, mas de marcas brasileiras que estão disputando espaço na prateleira do consumidor estrangeiro e que hoje são falsificadas dentro do Brasil por quadrilhas especializadas que estão lesando o patrimônio público. Por outro lado, eu



quero me associar ao Deputado Júlio Lopes, no sentido do Natal sem Pirataria. Eu me lembrei: por que não um Natal Legal? Natal Legal, levado pela Câmara dos Deputados, no sentido de que, apoiado pela iniciativa do Deputado Júlio Lopes, referendado pela CPI da Pirataria, pela Frente Parlamentar, nós possamos dizer que a Câmara dos Deputados cumpre a sua parte, que é fazer leis que coíbam a pirataria. Cabe a nós querermos que os outros Poderes, o Executivo e o Judiciário, possam cumprir as suas tarefas, no sentido de evitar que a pirataria cause danos da extensão que hoje causa à sociedade brasileira. Acho que Natal Legal seria uma forma de valorizarmos os legisladores, tão comumente atacados. Parece que aqui na Câmara dos Deputados não fazemos leis eficazes. Nós temos leis da melhor qualidade, que qualquer país do mundo gostaria de ter. A capacidade dos legisladores brasileiros é reconhecida no mundo inteiro. O que falta, talvez, é estrutura do Estado para fazer cumpri-las, e a CPI nada mais é do que uma motivação, do que um motor novo, do que um novo combustível para fazer com que os instrumentos de que o Estado dispõe cumpram as suas tarefas, porque as leis existem. Por isso, eu contribuiria dizendo que... quem sabe Natal Legal? Nós seríamos instrumentos para fazer com que aqui no País se cumpram as leis. E a CPI da Pirataria veio aqui para pedir que, nesta área, a indústria brasileira possa gerar emprego, e renda, e novas expectativas, e tenha um Natal Legal, e uma vida legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Redecker. Só lembrando uma coisa: as nossas idas aos Estados não significam que a gente vá fazer sempre denúncia. Nós fomos a Manaus fazer uma verificação *in loco*, e teve uma repercussão muito grande. Podemos também fazer em Novo Hamburgo... uma ida lá para, *in loco*, receber a denúncia das empresas, principalmente se forem empresas nacionais. Eu acho que a sua colocação é muito bem-vinda. Vamos ver nosso calendário para poder fazer um ida lá. Deputado Lupércio.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Sr. Presidente, quero louvar a iniciativa do Deputado Júlio, até porque eu acho que essa idéia vem bem ao encontro da razão da existência da CPI, que não pode se fechar única e exclusivamente na questão da investigação da ilegalidade dos atos cometidos em torno do crime da pirataria, mas principalmente a conscientização da sociedade, dos segmentos, de o próprio povo ter conhecimento deste crime, do que é a pirataria.



Então, a idéia do Natal sem Pirataria é uma boa idéia. Agora, o que me preocupa é o campo das idéias que podem girar em torno deste assunto. De que maneira nós vamos chegar ao objetivo? De que maneira nós vamos atingir o nosso objetivo? Nós vamos trabalhar em torno da mídia, com mídia, com um trabalho de conscientização mais voltado aos segmentos? Essa campanha seria uma campanha nacional ou seria somente uma campanha no Congresso Nacional, para o Congresso Nacional evoluir? Quer dizer, nós teríamos ainda, Júlio, que discutir uma série de fatores com relação a esta campanha, a esta idéia brilhante. Parece-me que poderia ser também o Dia Nacional do Natal sem Pirataria, porque nós vamos atingir um momento, que é um momento de maior densidade do consumo, que é o Natal, que é o momento das compras etc., um momento importante. Mas no Natal também nós temos muitas campanhas a nível nacional, campanhas de mídia e tal que podem atrapalhar a intenção da campanha com relação à pirataria. Agora, se nós bolarmos um programa que possa envolver todos os Estados, num determinado dia, o Natal sem Pirataria, mobilizando as Assembléias, as Câmaras, os colégios, as faculdades, as entidades empresarias, quer dizer, fazer o grande movimento nacional da campanha do Natal sem Pirataria no sentido da conscientização, não somente no sentido do consumo, da compra do objeto, do presente do Natal, mas no sentido da conscientização de massa, fazer com que o povo brasileiro se envolva num processo de conquista contra este crime que muitas vezes é cometido a olho nu. Júlio, a idéia é boa. Agora, é preciso que a gente discuta melhor, para atingir os limites desta campanha. Ver o que nós queremos com isso, qual o seu objetivo, e a forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio Lopes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Presidente, Deputado Lupércio, Deputada Vanessa, Deputado Júlio, eu gostaria exatamente de colocar que, quando eu coloquei o tema bem aberto dessa forma, eu o fiz com o propósito de fazer com que nós façamos a sociedade se agregar a ele e não de dar uma coisa fechada e pronta. O objetivo é exatamente... e eu entendo, Presidente, que o senhor não deve e não pode abrir mão de presidir esse trabalho, no sentido de convidar o Presidente da Câmara e o próprio Presidente da República, que certamente se irmanarão nessa campanha. E é ótimo que a ela se acresçam a Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e quantas outras Frentes do Congresso Nacional houver nesse sentido, e



ainda Comissões Permanentes ou não. Porque nós estaremos liderando, Sr. Presidente, uma campanha pela ética no Brasil. Como o Deputado Júlio Redecker colocou, o Natal Legal, que já é uma evolução da proposta, é um sentimento nacional e terá enorme amplitude, tanto nos meios de imprensa como em toda a mídia, no sentido de que nós façamos o reconhecimento público de que somente um enfrentamento da sociedade, partindo dela como um todo, poderá tratar esse tema com a grandeza que ele requer. Sr. Presidente, eu não vejo por que a CPI deveria abrir mão de qualquer prerrogativa no sentido de conduzir essa negociação. Em primeiro ato, com o Presidente da Câmara, o Deputado João Paulo Cunha; e em segundo, com S.Exa., o Presidente da República. Parece-me que é prerrogativa e atribuição funcional sua, enquanto Presidente desta CPI, e eu assim requisito que o faça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deixa eu dar uma indicação. Eu acho que a idéia é muito boa. É discutir. A principal conquista nossa é a população entender que não pode comprar material pirateado. Ela está se enganando, está sonhando imposto e, portanto, não pode exigir nada. A pirataria nega a cidadania. Do que eu tenho medo é que, de repente, a gente acorde e abra a televisão, e tem uma propaganda lá em nome da CPI, entendeu? Isso realmente eu... ninguém aqui quer ser tomado dessa surpresa. De repente, aprovamos um negócio aqui e... *“Ah, foi aprovado lá”*. E você vê matérias nos jornais: campanha da CPI contra a pirataria. Então, disso realmente eu tenho medo disso. Nós até hoje não tivemos nenhuma nota da imprensa contra nós. Nós recebemos, ainda agora, um dossiê da Coca-Cola contra alguém, não me lembro quem foi. Eu disse: *“Olha, eu não quero nem ver isso”*. Porque nós não estamos aqui para defender a Coca-Cola ou a Souza Cruz. Estamos aqui para defender o que é correto. Se a Souza Cruz e a Coca-Cola pagam todos os impostos, tudo bem. Mas não somos instrumentos de nenhum deles. E temos que ter bastante...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sim, é verdade. Nem sabemos se pagam todos os impostos, está certo? Então, temos que ter muito cuidado. Então, quando se diz *“olha, vamos fazer essa campanha”*, eu digo: *“Opa! Calma, porque eu quero saber quem vai pagar a campanha, como é a campanha”*... Porque, se não, nós podemos nos enrolar. Então, eu acho que devemos aprovar aqui... até devemos



sugerir ao Relator a idéia de que apresente um plano concreto, alguma coisa concreta, esboçada, junto com a Frente Parlamentar. Fundimo-nos todos com a Frente Parlamentar, não teremos nenhum problema. Não estou a fim de negociar nada, de fazer negociação, nada disso. Pessoas podem fazer. Apenas queremos transparência em tudo. Fazemos parte de uma CPI e não temos nenhuma denúncia contra nós, graças a Deus. Quem me disse isso foi o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha: *“Esta CPI não tem nenhuma denúncia contra V.Exas.”* Está certo? Claro que, se houver alguma coisa que não for transparente, eu vou falar. Como peço a todos os Srs. Deputados que, se virem alguma coisa que não seja transparente, tanto do Presidente quanto do Relator, é evidente que temos que falar. Nós temos que nos preservar por isso. Então, era só isso. Então, acho que deveríamos aqui aprovar... e a sugestão é esta: aprovar a indicação de que se faça uma proposta concreta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Acho que V.Exa. não está entendendo. A minha proposta é bastante concreta, Sr. Presidente. Eu não proporei uma campanha. Acho que para isso o Presidente da República tem a sua disposição o maior publicitário do País. O Presidente da República poderá certamente fazê-lo muito melhor do que nós ou o Presidente da Câmara dos Deputados também. O que estou propondo é que o senhor marque um encontro com o Sr. Deputado João Paulo Cunha e, em nome da CPI, proponha fazer a campanha do Natal sem Pirataria, irmanado com a Frente Parlamentar e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mas isso é que precisa ser bem discutido. Eu não posso chegar lá e falar com o Presidente, Deputado João Paulo Cunha, desse jeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, veja bem... eu estou entendendo, Deputado Júlio Lopes, que a sua proposta... na realidade, o senhor quer que seja transformada a idéia numa indicação...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... ao Presidente da Câmara.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - É o que está escrito no requerimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não cabe à CPI aprovar. Eu acho que politicamente, sim.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Politicamente só cabe, nobre Deputada. Só cabe. É essa a nossa atribuição.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Politicamente, sim. Agora, regimentalmente, nós não aprovamos indicações, nós aprovamos em um relatório final as sugestões, não é? Acho que... politicamente, concordo: vamos aprovar essa idéia genérica e vamos fazer um ofício...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Mas é nossa atribuição conscientizar a sociedade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... e aprovar essa idéia. Sugerir. É uma indicação, é algo que não é comum nas CPIs, mas acho que não tem porquê nós deixarmos de fazer isso. A CPI aprova, se encaminharmos um memorando ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da República, para que o Poder Público Federal e para que a Câmara dos Deputados desenvolvam uma campanha, que será o Natal sem Pirataria. Mas, Sr. Presidente, Deputado Júlio Lopes, não sei se V.Exa. concordou, mas que convoquemos uma reunião, inclusive podemos assinar juntos a convocação, com todos os Deputados presentes aqui...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Claro, claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... da Frente, para terça-feira. Porque, veja bem: se houver uma campanha, nós vamos fazer uma indicação. Acho que não há problema para os Presidentes da República e da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sabe o que é Deputada...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas na reunião de terça-feira. Porque o que é uma campanha? Vamos colocar o pé no chão. Uma campanha é espalhar no Brasil inteiro *outdoors*, é fazer cartazes, propaganda para jornal, televisão e rádio. Isso requer recursos. Isso é uma campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Se não for isso, não há uma campanha. E como é que nós vamos fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Só um minutinho, nobre Deputada...



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Nobre Deputada Vanessa Grazziotin, apenas para eu explicar, porque a nobre Deputada não está entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não, mas assim eu falo, V.Exa. fala...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não é só eu, Deputado Júlio Lopes, é todo mundo aqui. Então, é V.Exa. que não soube repassar para todos nós.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Não. É porque talvez não tenha lido integralmente. Mas o meu objetivo, Deputada Vanessa Grazziotin... e acho que temos que marcar reunião para uma terça-feira, aqui, um dia para o lançamento da campanha, sim. Mas o que falo aqui no meu requerimento é para mobilizar a sociedade civil. Que cada associação comercial, associação industrial, que a Câmara dos Deputados, a Presidência da República, os sindicatos dos trabalhadores, que cada associação faça a sua campanha do Natal sem Pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mas não com a chancela da CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Mas é óbvio que não, Sr. Presidente. Por sugestão da CPI, repito, por sugestão da CPI, cada um vai fazer a sua, se achar que deve e como achar que deve.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas então, Deputado Júlio Lopes, nós entendemos. É isso.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Por favor, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, só para concluir, nobre Relator, faríamos essa reunião na terça-feira. Para a instalação, definiríamos as funções de cada um na Frente Parlamentar e aí discutiríamos. Porque, pela dificuldade por que passa o Poder Público e pela escassez do tempo para esta campanha agora, Deputado Júlio, não sei se nós vamos ter muito sucesso junto ao Poder Público. Mas através da Frente Parlamentar nós podemos mobilizar a sociedade e as entidades, entendeu? E emprestaríamos o nome da Frente Parlamentar, que está envolvida nisso. E acho que não devemos colocar a CPI nisso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Relator... Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Só instante, Deputado. Depois você fala, Júlio.



O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Só para concluir, Deputada Vanessa, eu acho que o que está se discutindo aqui... está havendo um erro de comunicação. Nós não estamos conseguindo nos entender. O que está se propondo aqui é a aprovação de uma tese. Eu acho que ninguém aqui discorda que a CPI...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Converse com o Presidente da Câmara, Deputada. Aí é uma opinião pessoal. Qualquer Deputado pode ter, basta ir ao Presidente da Câmara. Perfeito. Acho que podemos aprovar uma tese. A idéia é mais proveitosa como opinião pessoal, no que tange a nós aprovarmos uma tese que demonstra à sociedade o compromisso da CPI de estar ao lado da sociedade no combate à pirataria, junto às entidades, junto à sociedade civil, enfim, junto à sociedade civil do que propriamente junto ao Poder Público. É evidente que nós poderíamos sugerir, Deputada Vanessa, e a CPI pode apresentar sugestões antes do relatório final. Mas não se trata do caso aqui. Acho que nós devemos, se V.Exa. entender que a proposta pode se transformar nisso e se houver concordância, aprovar a tese de sugerirmos, de buscarmos um consenso para viabilizar esta campanha, de que nós sondaremos o Presidente da Câmara, sondaremos os outros Poderes Públicos, os Governadores de Estado, enfim, acho que essa é a proposta. Não se trata nem do entendimento do Presidente de que amanheceremos com uma campanha da CPI nas rádios e televisões, nem do pedido inicial, de que nós oficializamos isso, nem da preocupação da Deputada de que extrapolaria as funções da CPI. Acho que aprovar uma tese a CPI pode e deve aprovar, Sr. Presidente, e deveria aprovar, até porque essa, como o senhor colocou, é uma CPI transparente, uma CPI clara, todos sabem dos nossos compromissos. Não há aqui, pelo menos até o momento que temos verificado, atitudes isoladas, atos isolados, atos e bravatas isoladas, são todos atos coletivos. Esperamos ir assim até o final. Então, Sr. Presidente, volto a insistir: acho que devemos votar aqui. Esse, evidentemente, é um requerimento, tem um autor, e qualquer coisa que se modifique no requerimento depende do seu autor, Deputado Júlio Lopes, para que a gente possa votar uma tese e, se assim houver o entendimento, aprovar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Na minha visão, como é que se atinge o objetivo de uma CPI? Encaminhando os fatos para que haja a solução dos



problemas que foram levantados pela CPI. O combate à pirataria não se faz apenas fazendo com que o Estado faça a coerção. A pirataria se combate também com processo educativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Nada impede, na minha opinião, que a CPI, que a Câmara dos Deputados, que o Senado Federal, que a Presidência da República, que o sindicato dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, que a CUT, a Força... nada impede que nos esforcemos para fazer uma campanha de processo educativo, para dizer: *“Não compre este produto, ele não é legal. Esse produto não vai gerar emprego, esse produto não vai gerar tributo. Você não vai ter saúde, você não vai ter educação”*. Nós temos que construir, a partir do Parlamento, não apenas a cobrança, as leis, pelo poder coercitivo do Estado, mas nós temos que fazer também com que haja o processo educativo. Se a Câmara não tem Orçamento para isso, nada melhor do que fazer parcerias com a sociedade, não com as empresas. Mas, por exemplo: por que não pode fazer parceria com a Federação das Indústrias e com a Central Única dos Trabalhadores? Nada impede. Será que associar o nome da CPI da Pirataria ou o Congresso Nacional é que não pode, porque vai parecer que nós estamos buscando fama ou qualquer outra coisa? Não. Nós estamos querendo educar a sociedade brasileira para que ela consuma produtos legais, produtos que estejam pagando tributos, que estejam fazendo com que haja construção constante da cidadania. Eu vejo nossa tarefa não apenas a de botar uma carteira de Deputado junto com a Polícia Federal estourando banca lá no centro de São Paulo, em Novo Hamburgo, em qualquer cidade, porque aquelas pessoas que estão à margem da sociedade, muitos criminosos é verdade, estão procurando emprego num país que é carente de empregos. Mas, sim, nós podemos educar as pessoas para que haja, dentro desse trabalho, o consumo de produtos legais. Eu vejo a questão, por exemplo, das marcas internacionais. Hoje, não é só marca internacional que tem que se queixar aqui, são marcas nacionais que estão sendo “garfadas” — entre aspas —, “garfadas” porque, na realidade, constituíram um patrimônio fenomenal através da marca, da preferência pública; e elas acabam por falta de instrumentalização do próprio Poder Executivo, através dos seus instrumentos de combater a pirataria... E nós ainda nos omitimos porque não queremos nos associar ao processo de



educação para consumo de produtos legais. Eu vejo a idéia do nosso colega Deputado Júlio Lopes como uma idéia de chamar a atenção da sociedade brasileira. E eu acho que isso está dentro dos princípios e das atividades afins desta CPI da Pirataria. Seria uma honra para nós se conseguíssemos despertar a nacionalidade para que tivéssemos aqui, de uma vez por todas, a consciência de não consumir produtos pirateados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Vamos ver se a gente chega a um acordo. O Deputado Júlio Redecker foi claro na sua intervenção, claríssimo. E, por ser claro, se eu fosse votar, ia votar contra. Estou abrindo meu coração aqui: eu tenho medo de parcerias. No momento que estamos vivendo aqui, daqui a pouco aparece uma parceria com a Microsoft, o negócio fica meio confuso; aparece uma parceria com não sei quem mais. Então, isso é que pode dar motivos para ter problemas dentro da CPI, entendeu? Mas a sociedade tem que discutir. Sílvia está fazendo uma proposta: que se aprove a idéia, que se encaminhe regimentalmente para o Presidente da Casa, para que S.Exa. dê início a uma forma de viabilizar a proposta.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ao Presidente da Casa, para...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não é essa, não. Calma. Há essa idéia, há essa proposta, que podemos fazer esse requerimento, fazer uma... Qual é a sua sugestão?

(Não identificado) - Esse requerimento, ele pode fazê-lo verbalmente. E aí aprova *(inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está bom. Apresentamos a idéia ao Presidente, encaminhando para S.Exa. buscar a forma de viabilizar. Tudo bem?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, que nesse ofício que vamos encaminhar à Presidência a gente não esqueça de pedir que a Presidência entre em contato com o Poder Executivo. Agora, penso que esse contato deveria ser através do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria, porque ele era inócuo. Temos que ressuscitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Em votação. Discussão e votação do requerimento do Deputado Júlio Lopes, na forma verbal. O Sílvia, depois,



vai fazer uma redação. Concordam? Os Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado por unanimidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria de introduzir mais um assunto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nós recebemos, Sr. Presidente, V.Exa. já deve ter lido... mas antes de eu chegar a esse ofício que recebemos, solicito a atenção dos colegas. Antes disso, o Deputado Júlio Redecker fez uma importante proposta: que façamos uma audiência no Estado do Rio Grande do Sul, em Novo Hamburgo especificamente, para discutir a indústria calçadista. E enquanto S.Exa. apresentava a proposta, eu fazia mais ou menos uma retrospectiva, ou pelo menos tentei fazer uma retrospectiva dos trabalhos da nossa CPI. A CPI tem ações importantes no Sudeste, através do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente. No Norte, já fomos ao Estado do Amazonas. Entretanto, não tivemos ação nenhuma nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Então, eu acho, Sr. Presidente, que se não discutirmos isso hoje, precisaremos de uma reunião para discutir os próximos passos da CPI. Porque assim como é importante Novo Hamburgo, na semana passada discutimos o problema de Caruaru, que o Deputado Júlio Lopes até já colocou no vídeo. E ontem houve uma apreensão enorme em Feira de Santana, na Bahia. Ou seja, existem 2 Estados na Bahia onde nós já temos notícia de que a ação da pirataria é forte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nordeste.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nordeste, que são Bahia e Pernambuco. No Centro-Oeste, nós estamos em Brasília, mas não temos nada desenvolvido a respeito das investigações da pirataria aqui no Distrito Federal, que poderia ser uma boa amostra. Goiás, aqui do lado, um Estado vizinho. Porque a nossa CPI não pode ficar confinada no Nordeste. Sabemos que é lá que está a maior parte da produção. Entretanto, de CDs, as notícias que chegam é de que a produção dos piratas concentra-se em boa parte no Nordeste brasileiro. Então, que a gente discuta isso, Sr. Presidente. Essa era a primeira questão, reforçando até a proposta do Deputado Júlio Redecker. A segunda: o ofício que nós recebemos do Dr. Derenne.



O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Deputada Vanessa, um aparte, por favor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Só para ter uma idéia, quando esse empresário Paulo Freliche(?) me procurou, ele disse: *“Eu tenho observado que vocês estão preocupados na nossa área com marcas internacionais e quem está sofrendo muito são as marcas nacionais”*. Então, eu acho que nós temos que dar uma visão, e é muito oportuno, para as empresas nacionais que hoje estão sendo tremendamente prejudicadas porque as suas marcas já estão sendo atingidas pela pirataria. E realmente, a primeira etapa, quando surgiu a CPI, parece que nós estávamos protegendo aí os oligopólios e os monopólios internacionais, que têm... não fábricas, têm marcas. E eles administram, não gerando empregos, mas simplesmente industrializando as suas marcas, ao contrário de marcas nacionais. E eu poderia aqui citar, por exemplo, os calçados Azaléia, que tem 22 mil empregados espalhados pelo Brasil. Essa empresa, pequena e média empresa, já tem um conceito nessa área específica, nesse nicho. Então, as pessoas estão querendo que o Congresso Nacional, através da CPI da Pirataria, também as proteja, porque parece que nós estamos protegendo só os grandes, que nós estamos protegendo a Souza Cruz, que nós estamos protegendo a Phillip Morris, que nós não estamos protegendo o interesse das pequenas empresas, quando nós sabemos, por exemplo, que na área de cigarro — e eu expliquei — o interesse é diferente: o grande pirata nessa questão é aquele que não paga tributos, com 26 fábricas no Paraguai. Não é no Brasil, é no Paraguai, e lá nós temos restrição de atuação. O que nós temos que cobrar é que não passem essas mercadorias para cá e acabem prejudicando quase 40%, 50% da produção nacional, sem controle rigoroso dos órgãos de saúde para saber que tipo de produto está sendo consumido. No calçado não é diferente. Na área têxtil, das confecções... é outro setor que me chamou a atenção. O que está acontecendo hoje? Há indústrias... quando você tem uma marca de reconhecimento nacional de propriedade de brasileiros, as pessoas vão lá e simplesmente fazem essas marcas e vendem por 40%, 50%, valores menores do que os praticados nos mercados. E essas pessoas têm de investir em *marketing*. Então, acho oportuno que nós tenhamos presente que nós temos fazer com que a CPI, em função da representação parlamentar nacional, ela tenha influxos regionais.



Por exemplo: a Região Sul está esperando uma participação efetiva numa economia fortíssima que hoje tem quase 2,5 bilhões de exportações, fora o mercado interno, que é um dos maiores produtores mundiais e que se sente desassistido em favor de Nike, Reebok e tantas outras. Essa é uma mensagem que eu quero trazer aqui. E me associar à exposição da ilustre Deputada, com muito critério, com muita capacidade de avaliação das circunstâncias. E dizer que nós agradecemos em nome desses produtores, desses trabalhadores, porque é fundamental que nós também tenhamos olhos para as suas dificuldades.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu não tenho dúvida. Acho que o aparte do Deputado Júlio Redecker é importante. Então, acho que a sua própria intervenção mostra como nós estamos trabalhando numa CPI delicada. Tudo aquilo que nós discutimos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Delicada, claro. Delicadíssima.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - (*Inaudível*) deve passar para a sociedade brasileira. Dá a impressão de que nós estamos aqui defendendo os interesses das grandes marcas internacionais. Não é isso. Então, Deputado Júlio Redecker, nós temos uma metodologia de trabalho aqui e às vezes nos preocupamos e até nos sobrecarregamos — alguns Deputados —, porque o volume de trabalho é muito grande. (*Inaudível*) cuidar do problema da indústria têxtil, calçadista, ia trazer uma grande, uma enorme contribuição. E quero dizer que nós temos ações. Na nossa ida a Manaus nós basicamente visitamos as empresas do setor fonográfico, que imprimem CDs, produzem CDs neste País, são empresas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nacionais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - De capital nacional. A Microservice...

(*Intervenção inaudível.*)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Exatamente. O Dr. Lírio é dono de uma. A Microservice, a Sonopress, a Videolar, ou seja, são empresas com enormes investimentos no processo produtivo. Vimos lá uma fábrica que não é só da produção, da prensagem do CD em escala industrial, mas da produção da matéria-prima, do poliestireno. Ou seja, nós estamos já... agora, precisamos dar mais agilidade. Por isso que penso que temos que ter uma reunião de trabalho para ver



quais os próximos passos e que setores da produção nós deveremos também incluir na nossa investigação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Um aparte novamente, Deputada. Se me for conferida essa honra, pela Presidência, eu certamente colaborarei. Eu estou agora disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu quero fazer minhas as palavras da Vanessa, porque há muitas áreas para investigar, para analisar: bebidas, além de produtos eletrônicos, toda a gama de produtos eletrônicos, bolsas, tecidos. E a prática aqui mostrou o seguinte: em todas as vezes que alguém se dedicou a algum ramo, a coisa deu certo. A Vanessa se dedicou ao remédio, entendeu? Só foi em frente porque teve uma pessoa que se dedicou ao remédio. Ela agora está se dedicando ao CD, e vai dar resultado. Não adianta. Quando ela estourar o negócio de CD, todo mundo vai querer correr em cima. Isso é bobagem, porque tem campo para todo mundo atuar. Acontece que as pessoas, às vezes, não querem; querem onde está acontecendo. Vamos todo mundo para lá! Não. Essa CPI só dará certo se a gente fizer a divisão de trabalho. Nós temos o negócio das bebidas, as denúncias sobre as bebidas. Então, o Deputado Alex Canziani ficou encarregado. Alex, faz alguma coisa. Tecidos. Ninguém está fazendo nada com tecidos. E nós temos uma indústria nacional aí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Vestuário, Sr. Presidente, têxteis e calçados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nós temos uma indústria nacional aí que não tem tamanho, que tem que se defender dos produtos chineses. Não tem ninguém. Calçados, de que você está falando aí: indústria nacional, entendeu? Daqui a pouco estoura o negócio dos CDs. Nós temos que dar mérito a quem trabalhou na questão dos CDs, entendeu? Porque, se não, a CPI vai ficar mono, ela ter vários campos de atuação. Se algum Deputado... mais alguma coisa, mais alguma intervenção, alguém mais quer falar?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Do outro assunto, Sr. Presidente. Na última vez em que estivemos em São Paulo, ouvimos o Sr. Hélio Cardoso Derenne, que é o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Ao final,



todos nós lembramos... ao final da audiência, V.Exa. cobrou o fato de que... relatou lá que tinha conhecimento de um ofício do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, que teria sido o contrário: a cessão de vários policiais federais que atuam no setor de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, e que teria sido contrário à prorrogação da cessão desses servidores para o Ministério Público Federal. E nós recebemos hoje aqui a cópia. Eu, pelo menos, acabei de receber a cópia. Sr. Presidente, eu acho que nós temos que tomar algumas providências. Ele relata alguns... primeiro, a cópia do documento que nós recebemos mostra como V.Exa. tinha razão. Ele não é contra, ele não se manifestou frontalmente contrário à idéia de prorrogar, entretanto, apresentou uma série de poréns. Eu tenho dúvida de alguns dados que ele coloca e apresenta aqui no ofício. Ele disse, Sr. Presidente, que a despesa desse pessoal em alguns meses — ele não disse exatamente o período — já somava, até aquela data — e a data do ofício dele era de agosto —, somava quase meio milhão de reais. Quer dizer, será que é isso mesmo? Quantas pessoas estavam cedidas ou continuam cedidas? Acho que nós temos que nos preparar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tem mais uma coisa aí. O seguinte: aquele negócio de que ele pediu para não fazer revista nos ônibus. Parece-me que foi feito um exame. Ele mandou abrir uma investigação sobre aquilo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mandou também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mandou. Ele mandou abrir um inquérito para saber porque tinham feito aquele negócio, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas foi ele que assinou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não. Quem assinou foi o subordinado dele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O José Altair Diniz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não, eu acho que tem muita coisa para investigar, Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas, então, vamos preparar os requerimentos pedindo maiores informações. A gente pode preparar vários, Sr. Presidente, e pedir esse inquérito. O senhor está dizendo que deve ter sido aberto lá. Pedimos informações detalhadas. Em que data ele cedeu policiais rodoviários... da Polícia Rodoviária Federal, membros da Inteligência; em que data ele cedeu; quantos foram cedidos; que custo isso causou; mas detalhar os custos, não adianta



ele dizer que é meio milhão. Acho que meio milhão não é nada para este País, em decorrência dos bons serviços que essas pessoas têm trazido ao Governo brasileiro. Não é quadrilha de contrabandistas de cigarro, de contrabandistas e adulteradores de combustíveis, falsificadores de combustíveis, enfim, acho que nós precisamos... até para que possamos expressar um juízo de valor com maior segurança em relação ao atos do Dr. Derenne, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito bem, Deputada, eu concordo. Vamos fazer os requerimentos. Vou pedir para fazer... já tenho uma análise do Dr. Reinaldo sobre isso aí. Temos que aprofundar as investigações. Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião da Comissão de Pirataria, da CPI. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quando é a próxima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Amanhã nós temos uma reunião, às 11h.